



O ACERTO DE CONTAS COM O PASSADO SOB A ÓTICA DOS VENCIDOS NA REVOLTA DA CABANAGEM

SETTLING ACCOUNTS WITH THE PAST FROM THE PERSPECTIVE OF THE VANQUISHED IN THE CABANAGEM REVOLT

Ricardo Evandro Santos Martins¹

Luis Fernando Pantoja Lopes²

Resumo: O trabalho em questão buscará analisar a revolução social da Cabanagem, que estourou de 1835 a 1840 na Província do Grão-Pará durante o período regencial. A cabanagem mostrou-se como o movimento de maior expressão de modo que englobou escravos, lavradores, indígenas, pobres e até mesmo a própria elite. A revolta representa a luta de uma população em condições precárias contra o imperialismo, bem como contra os absurdos oriundos do poder central sediado no Rio de Janeiro. Aliado a isto, o texto também buscará expor a necessidade de quebrar com a tradição de uma narrativa dos vencedores e assim buscar contar a história no sentido contrário, isto é, a contrapelo com o objetivo de assegurar a versão daqueles que foram deixados no limbo, que foram oprimidos pela história tradicional permanente.

Palavras-chave: Cabanagem; Revolta; Revolução; História a contrapelo; Walter Benjamin.

Abstract: The work in question will seek to analyze the social revolution of Cabanagem, which broke out from 1835 to 1840 in the Province of Grão-Pará during the regency period. Cabanagem proved to be the most expressive movement, encompassing slaves, farmers, indigenous people, the poor and even the elite itself. The revolt represents the struggle of a population in precarious conditions against imperialism, as well as against the absurdities coming from the central power based in Rio de Janeiro. Allied to this, the text will also seek to expose the need to break with the tradition of a narrative of the winners and thus seek to tell the story in the opposite direction, that is, against the grain with the objective of ensuring

¹ Ricardo Evandro Santos Martins. Professor de Teoria do Direito e de Hermenêutica Jurídica da Faculdade de Direito da UFPA. Doutor em Direito. Autor de "Ciência do Direito como ciência humana" (Editora Fi, 2014), "Ciência do Direito e Hermenêutica" (Editora Phi, 2016) e "Seis ensaios sobre Agamben" (Editora Fi, 2020). Um dos coordenadores do Grupo de Pesquisas sobre Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia (CESIP-Margear).

² Mestrando em Estudos Críticos do Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA). Advogado (OAB/PA). Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA. E-mail: luisfpl12@gmail.com.





the version of those who were left in limbo, who have been oppressed by permanent traditional history.

Keywords: Cabanagem; Revolt; Revolution; History against the grain; Walter Benjamin



1. INTRODUÇÃO

Quando da abdicação do de Dom Pedro I ao trono do Brasil e devido ao fato de seu filho, Dom Pedro II ainda não ter a idade suficiente para assumir o trono, a Constituição de 1824 previa a formação de uma regência. Tem-se então, nos anos 1830, o início do Período Regencial no Brasil, período este marcado por instabilidades, tais como as revoltas provinciais que ocorreram ao longo do território brasileiro. Aqui destacamos a Cabanagem que estourou na província do Grão-Pará durante a segunda metade do anos 30 do século XIX.

A Cabanagem foi o movimento mais notável do período regencial. Trata-se de uma revolução social cuja população do Grão-Pará, insatisfeita com os abusos do Governo Central, rebelou-se pleiteando a desvinculação com a sede do poder no Rio de Janeiro. O movimento chegou ao fim mediante sangrenta disputa entre os cabanos do Grão-Pará e as autoridades imperiais que, por sua vez, acabam reprimindo duramente a revolta. A partir disso, o trabalho buscará discutir acerca da tradição histórica que nos é repassada, posto que se trata, nos termos benjaminianos, de um relato contado por aqueles que venceram, de modo que desconsidera aqueles que foram excluídos e oprimidos

Desse modo, lança-se a seguinte problemática: Em uma leitura histórica a contrapelo, de que forma pode o cabano ser reconhecido como símbolo de resistência? Sendo assim, como forma de subsídios para responder o referido questionamento, o texto percorrerá pelas elucidações sobre a Cabanagem, bem como sobre a questão da Tese VII de "Sobre o conceito de história" (1940) do pensador alemão Walter Benjamin.

Em primeiro momento, o texto trará uma breve noção dos momentos antecedentes que contribuíram para a eclosão do movimento, bem como evidenciará o que foi a Cabanagem e de como tal movimento ganhou notoriedade por ser uma revolta armada que englobou escravos, indígenas, lavradores e outros que rebelaram-se contra o Governo Regencial em virtude das mazelas e condições precárias a qual a província se encontrava. Além disso, a revolta foi potencializada sob o motivo de o poder central interferir nos interesses econômicos da província, bem como por estabelecer um poder desproporcional e aviltante a uma população mergulhada em uma situação instável. Além disso, o texto também buscará dar





certo enfoque a personagens importantes desse contexto, tais como os líderes cabanos que estiveram à frente este da revolução até a sua supressão pela esquadra regencial.

Em segundo momento, será tratado sobre a posição que os excluídos têm na história, isto é, os cabanos; visto que a tradição historicista se revela como uma narrativa dos vencedores ostentando seus triunfos e vitórias. Porém, ao mesmo tempo acaba silenciando o grito daqueles que foram oprimidos. Nesse sentido, buscamos aliar o evento da Cabanagem às análises de Walter Benjamin que assevera a necessidade de se contar a história a contrapelo para que assim possa quebrar com a tradição e garantir a exposição da versão dos que foram deixados de lado, ou seja, os excluídos.

1. OS ANTECEDENTES

Para tratarmos acerca do movimento cabano, necessita-se realizar uma breve análise dos eventos sócio-políticos que ocorreram na Província do Grão-Pará desde o século XVIII. Nesse sentido, a província foi constituída inicialmente com fins de demarcação de territórios, bem como com o objetivo de manter contato com indígenas para então catequizá-los. Por tais motivos, tal região sempre foi marcada pelo acirramento dos povos nativos contra os portugueses.

Cumprir destacar que o Grão-Pará já era palco de diversas instabilidades, desde meados do século XVIII com a instituição do denominado Diretório do Índio ou Diretório Pombalino que buscou instituir a proibição das línguas indígenas com o objetivo de fomentar o processo de “civilização” dos indígenas. Nesse sentido,

ao longo dos seus noventa e cinco parágrafos, chamam a atenção daqueles que se debruçam sobre a história social linguística do Brasil as tratadas nos parágrafos seis, sete e oito, na medida em que instituem política de proibição do uso de quaisquer línguas indígenas e, em particular, da chamada língua geral, e planejam fazê-lo através do ensino escolarizado da língua portuguesa às crianças indígenas (SOUZA; LOBO, 2016, p. 46-47).

A política do Diretório tinha como pretensão principal a tentativa de reformular a economia buscando atender as exigências do Estado, bem como transformar os indígenas da região em servos da coroa portuguesa. O panorama sócio-político, porém, era definido pelo poder absoluto do Estado Luso e simultaneamente pela situação de miserabilidade do povo



indígena, que em decorrência disso, tendiam a se insurgir dando causa a revoltas contra os portugueses.

Pode-se também citar outras previsões do Diretório Pombalino, qual seja a tentativa de civilizar os indígenas a partir de práticas como modificação de vilarejos. Tais modificações para constituir novas vilas de indígenas não homogêneos compostos por diferentes membros de famílias indígenas de diferentes status sociais e diversas etnicidades deu causa a um conflito competitivo no âmago dos grupos no que se refere ao processo de identidade étnica (MELO, 2015, p. 42).

Isto, portanto, contribuiu significativamente para o acirramento da rivalidade entre indígenas que foram forçados a dividir o mesmo espaço. Ou seja, a política pombalina, ao demarcar zonas geográficas entre as vilas e promover a junção de várias etnias em um único espaço, sequer levou em conta a existência de conflitos e o revanchismo existente entre as tribos indígenas.

Já no final do século, o então Governador Provincial Francisco de Souza Coutinho buscou revisar a política estabelecida pelo Diretório Pombalino, posto que se observou um abuso por parte do Estado português. Apesar disso, tal medida acabou por acentuar mais ainda o quadro de instabilidade na província do Grão-Pará. Sendo assim, observa-se que

[...] ao término da política do diretório, as medidas insalubres de desassistência político-econômica ao indígena - falta de representação política, negação de direitos políticos, falta de acesso à terra, conseqüentemente a negação de cultivo de bens primários para a subsistência, etc. - durante o governo de Coutinho passaram a alimentar novas versões de sentimento antilusitanista, o qual seria apropriado por diferentes indivíduos de maneiras diferentes e que corroboraria para a eclosão dos movimentos contestatórios e de insurreição ao longo dos primeiros 30 anos do século XIX (MELO, 2015, p. 44)

É importante ressaltar, no entanto, que um dos fatores que também propiciou o assentamento de um cenário conturbado na Província do Grão-Pará no início do século XIX se deu a partir dos ideais da Revolução Francesa juntamente com o imperialismo francês de Napoleão Bonaparte, que impôs o Bloqueio Continental com fins de neutralizar o Estado inglês impedido sua comercialização com as demais nações europeias.

Durante determinado tempo, o Estado português consegue comercializar com a Inglaterra de forma sigilosa, fato este que influi na autorização de Bonaparte à invasão de Portugal. O rei D. João VI e a família real conseguem empreender fuga para o Brasil dando





início a um processo de modernização que posteriormente contribuiria com a independência do Brasil em relação a Portugal. Entre as primeiras providências de D. João VI foi enviar tropas luso-brasileiras, juntamente também com tropas do Grão-Pará para a Guiana Francesa com o objetivo de neutralizar a invasão das tropas de Napoleão Bonaparte ao Brasil.

Além disso, a proclamação da independência do Brasil em 1822 deixou claro que tal evento não influiria na condição do povo que estava mergulhado em uma política de exploração e subjugação sendo este, portanto, um dos fatores que deram subsídios à posterior revolta. Não menos importante também, cita-se o episódio da Adesão do Pará à independência em 1823, que foi marcada por intensos conflitos armados que assolavam a região da província. Além disso, o período consecutivo à Adesão do Pará também evidenciou a constância de insurreições a partir de confrontos partidários entre os nativos e luso-brasileiros tomando a forma de uma luta anticolonialista envolvendo escravos e senhores também, isto é, na maioria, as classes mais ínfimas daquela sociedade.

Vale ressaltar também que tais ideias anticolonialistas eram em grande parte propagadas por uma das figuras mais importantes do Grão-Pará, ou seja, Filipe Patroni, que posteriormente foi ofuscado pela figura do cônego Batista Campos - um dos principais organizadores da revolta da Cabanagem em 1835. O cônego tinha como principais discursos preceitos liberais, tais como autonomia político-econômica da província, resultando então na repulsa por parte da elite luso-brasileira aos ideais liberais-republicanos de Batista Campos emitidos no jornal “O paraense”, já que o principal objetivo da referida elite era a manutenção do antigo regime.

Em março do ano de 1823, aqueles que foram eleitos para compor a junta governativa da Província são surpreendidos por um golpe político organizado pelos partidários do antigo regime português resultando no encarceramento de membros de altos cargos da junta de governo, bem com a deportação destes para outras regiões do Pará.

Na vigência do mesmo ano, no mês de agosto, chega a Belém o capitão John Pascoe Greenfell, subordinado ao Lord Cochrane (almirante escocês que ajudou a garantir a independência do Brasil) com a finalidade de dar suporte ao partido na Província que optasse por aderir à independência. Greenfell conseguiu convencer a Junta Governativa do Pará a aderir a independência e unificação da América Portuguesa (MELO, 2015, p. 62).



Foram então convocadas novas eleições para a junta governativa, de modo que o coronel Geraldo José de Abreu foi eleito presidente da Província, juntamente com Félix Clemente Malcher (posteriormente tornaria-se o primeiro presidente cabano) e também o cônego Batista Campos. Isto acarretou, porém, em intensas revoltas com a população pleiteando a saída do coronel José de Abreu, bem como dos funcionários que mantinham convivência com a emancipação política do Brasil, de modo a pedirem que o cônego assumisse a presidência.

Tal levante foi duramente reprimido por Greenfell que enviou tropas para capturar os participantes da insurreição. O militar inglês ordenou a morte dos insurretos a tiro de espingarda. Batista Campos também foi preso, mas fora poupado sob alegação de que não foi o organizador da revolta.

Entretanto, na ausência de prisões que pudessem encarcerar todos os presos, e estando o seu navio “Brigue Palhaço” ancorado na Baía do Guajará, Greenfell ordenou que estes fossem presos nos porões do navio e diante dos protestos dos insurretos no navio, o capitão ordenou o lançamento de cal nos porões com fins de calar os gritos. Os presos vieram a óbito por asfixia.

Este acontecimento é reconhecido como uma das práticas de represália mais desumanas que ocorreram no Grão-Pará. Chiavenato, inclusive, ao se referir à esse fato expressa que

“Tal método seria repetido mais de cem anos depois quando os nazistas entupiam vagões de trem com prisioneiros, para que tivessem o mesmo fim. Nestes casos, uma vítima dos nazistas, o farmacêutico Guillaume Trocin, explica que a elevação da pressão parcial em anidrido carbônico provoca atos de demência, levando os prisioneiros a agredirem-se até a morte. Foi o que aconteceu no porão do navio; primeiro faltou oxigênio, que por si só provoca a morte sem sinais de loucura, mas quando elevou-se a pressão parcial em anidrido carbônico, a demência comandou a tragédia” (CHIAVENATO, 1984, p. 34).

A tragédia do Brigue Palhaço claramente representa um acontecimento cuja voz dos oprimidos foram caladas, bem como se mostra como um dos principais eventos que contribuiu significativamente para a revolta da Cabanagem, juntamente a outras mazelas a qual a população estava sujeita.

2. A REVOLTA DA CABANAGEM





Após a abdicação do imperador Dom Pedro I juntamente com o início do período regencial, o Brasil mergulhou em um cenário de instabilidade que favoreceram uma série de revoltas e levantes ao longo de todo o território nacional. Sendo assim, a pesquisa em questão elencou uma das revoltas mais importantes do século XIX de um Brasil imperial, fala-se aqui da Cabanagem, que explodiu no ano de 1835 na região do Grão-Pará que durou cerca de cinco anos.

É importante ressaltar que, na época, a província do Grão-Pará³ estava frouxamente vinculada à sede no Rio de Janeiro. Nesse sentido, “a estrutura social não tinha a estabilidade de outras províncias, nem havia uma classe de proprietários rurais bem estabelecida” (FAUSTO, 1995, p. 164), portanto, as manifestações envolveram camponeses, negros indígenas, lavradores e até mesmo a elite local que em meio ao cenário de crise política deram início à sangrenta insurreição assumindo o controle da província se estabelecendo até o ano de 1840.

Os cabanos eram a resistência em relação ao governo imperial que subjuguava a região. Sendo assim, fizeram parte da revolta inicialmente uma parcela da elite local que estava insatisfeita com as políticas econômicas que beneficiavam em grande parte os negociantes ingleses e portugueses que residiam na província (RICCI, 2016, p. 214).

Anteriormente à independência, a província do Grão-Pará mantinha diretamente com Lisboa as relações políticas e comerciais. Isso se dava não somente pelo aspecto de facilidade comercial, mas também em virtude das demarcações políticas da Coroa Portuguesa, pois a região estava vinculada administrativamente à capital portuguesa, e não ao Rio de Janeiro (CALDEIRA, 2017, p. 242). Entretanto, com o fim da era colonial e conseqüentemente a independência do Brasil, foi determinado um novo núcleo de poder sediado no Rio de Janeiro que passaria agora a designar governadores para as províncias, e assim ocorreu no Grão-Pará trazendo consigo o fim da comercialização direta com Lisboa.

O fim das relações de comércio com Lisboa em virtude da separação do Brasil não foram reparados por outras negociações realizadas pelo governo imperial, além de que a sede fixava tão somente as onerosas arrecadações de impostos bem como o restabelecimento da

³ No contexto da Cabanagem a província do Grão-Pará era composta pelos atuais estados do Pará, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.



ordem e as interferências na política do Grão-Pará. Esse fato deu causa a um colapso econômico e aliado a isto, surgiram diversos levantes que pleiteavam o poder político da província. Devido a isto, a Cabanagem não deve ser compreendida somente como um movimento secundário visto que também se trata de um processo de inúmeros anseios que encerram percursos e diferentes pretensões.

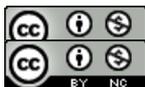
As condições da população da província do Grão-Pará compreendiam um estado de miserabilidade, no qual uma grande parcela de indivíduos residiam em cabanas às margens do rio. Daí se originou o nome Cabanagem tendo em vista as habitações de grande maioria da população que era composta por indígenas, negros, escravos e afins. Houve, então, o reconhecimento de um abandono por parte do governo central para com o Grão-Pará. Trata-se de um movimento das ínfimas classes cuja situação de extrema pobreza e sujeição ao poder central foram o estopim da revolta.

Desde a época da independência o Grão-Pará sempre fora uma das províncias mais turbulentas e a partir da abdicação ocorreu a intensificação dos conflitos na região tendo em vista as divergências com o poder central. No início dos anos 1830 o Conselho Provincial liderado por Batista Campos afastou os líderes nomeados pela regência Inácio Corrêa de Vasconcelos e o Governador do Pará à época José Mariani. No final daquele ano outros nomes seriam designados para aqueles cargos, no qual entre os mais importantes estaria Bernardo Lobo de Souza. Nesse sentido, ao assumirem os respectivos cargos:

“realizaram uma enérgica repressão contra a facção *exaltada* e os *cabanos* (como era chamada a população nativa e miserável que vivia em cabanas de palafita às margens dos rios) que a seguiam, aplicando especialmente contra eles o recrutamento forçado" (LINHARES et al, 2016).

A inquietação toma conta da província e a revolta já é iminente, quando tanto no interior quanto na capital iniciavam-se as organizações para um levante armado incutido pelo *Jornal Sentinela Maranhense: na Guarita do Pará*. Além disso, no ano de 1834 a convocatória da Assembleia Provincial deu causa a um novo centro de conflito que acabou dando forças ao movimento que era liderado por presbíteros, bem como trabalhadores e afins.

Após os frustrados levantes que ocorreram no interior, a revolta finalmente eclode em Belém com a execução de autoridades que outrora governaram a província, execuções estas que se deram a partir da ordem dos líderes cabanos Francisco Vinagre e Antônio Vinagre.





Desse modo, o primeiro governador cabano a ser nomeado foi Clemente Malcher, porém, em virtude de seu posicionamento moderado e afirmando lealdade ao futuro imperador (Dom Pedro II), tal postura afrontava os ideais radicais do movimento, fato este que gerou a prisão de um dos nomes mais importantes da cabanagem, que era Eduardo Angelim. Além disso, opondo-se também ao presidente da província, estava também o líder cabano Francisco Vinagre que fora demitido do cargo e como forma de represália insurgiu-se contra, dando início a uma disputa que terminou com a morte de Malcher (LINHARES et al, 2016).

Sendo assim, o conselho da província nomeou Francisco Vinagre para o cargo de presidente, que acabou incidindo na mesma postura de Malcher declarando lealdade ao poder imperial de modo que até mesmo se comprometeu a entregar o governo do Grão-Pará àquele que fosse nomeado pela Regência, o que realmente aconteceu.

A luta armada, porém, continuava no interior, a qual era liderada por Antônio Vinagre que após reconquistarem a capital, obrigaram o presidente a procurar refúgio na Ilha de Tatuoca. Com a morte em combate de Antônio Vinagre, Eduardo Angelim fora nomeado o novo presidente da Província do Grão-Pará e assim, aos poucos os cabanos foram tomando conta de grande parcela da província.

3. A REPRESSÃO E O DESFECHO

Tendo em vista a grande proporção a qual a insurreição no Grão-Pará havia tomado, o Governo Regencial designou outro presidente para a província, o militar Soares d'Andrea, que ao vir acompanhado de uma esquadra militar, como primeira medida transferiu a sede do governo para a Arapiranga. Em virtude das tentativas de implosão do movimento por parte do poder regencial, Eduardo Angelim deixou a capital entregando-a para Soares d'Andrea, tendo em vista a repressão diante de sua resistência.

Mesmo com isso, os Cabanos prosseguiram com a revolta pelos interiores, de modo que faziam uso de rios e caminhos nas matas que serviam de auxílio em suas táticas de guerrilha, tais como rotas de fuga. O militar, isto é, Soares d'Andrea, com o apoio de tropas enviadas do poder central empreendeu uma dura repressão com o objetivo de frear a revolta armada, o que gerou execução e prisões em massa. A cabanagem, portanto,



“[...] expôs as fissuras da sociedade, na medida em que membros da elite que incitaram a revolta acabaram sendo atropelados por uma população que se rebelava contra a manutenção de uma ordem que essa mesma elite desejava preservar. Escravos e homens livres e pobres assumiram o protagonismo em defesa de suas reivindicações” (DOLHNIKOFF, 2017, p. 59).

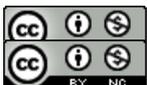
Em outubro de 1836, Eduardo Angelim é preso. Mesmo diante deste infortúnio, a cabanagem manteve até 1840 com os cabanos resistindo na luta armada, até que os últimos rebeldes renderam-se. Estima-se que a revolução social no Grão-Pará vitimou cerca de 30 mil cabanos (RICCI, 2013, p. 14).

A Cabanagem, portanto, mostrou-se como sendo o movimento social que mais ganhou notoriedade no contexto do Brasil Império, visto que fora marcado pela tomada do governo pelas ínfimas camadas da sociedade provincial formada por escravos, indígenas, lavradores e negros. O movimento constituiu-se motivado pelas insatisfações com as arbitrarias intervenções do poder central, bem como pelas paupérrimas condições a qual a população estava inserida.

A partir disso, considerando o caráter notável deste movimento, sempre nos foi repassado um ponto de vista do ocorrido naquela época a partir de uma visão dos que venceram a disputa. Nesse sentido, é de extrema importância pensar acerca da visão daqueles que foram duramente reprimidos pelo governo Imperial, calados e mortos. Ou seja, urge a importância de se narrar uma história a contrapelo da Revolução social da Cabanagem, o que será concretizado no seguinte momento.

4. A VISÃO DOS VENCIDOS E A HISTÓRIA A CONTRAPELO

A crítica realizada por Walter Benjamin mostra-se extremamente pertinente em relação aos historiadores em geral, e até mesmo em relação a determinados pensadores marxistas em virtude do pouco domínio que estes têm com os prismas culturais do desenvolvimento histórico tradicional. Nesse sentido, fundado nas análises de Marx e Engels acerca das classes sociais e luta de classes, Benjamin nos alerta para a importância de escrever uma história que reconheça e notabilize as lutas de classes que historicamente foram subalternizadas.





Ressalta-se que a problemática do esquecimento pode resultar na falta de confiabilidade na memória de modo a dar margem a diversos abusos. Logo, o historiador deve dedicar-se a um diagnóstico que tire o seu objeto do limbo do esquecimento e assim forneça uma memória esclarecida, isto é uma memória que garanta uma compreensão do processo histórico, no sentido de assimilar que o ato de lembrar não é simplesmente resgatar um evento do passado. Nesse sentido, a pensadora francesa Jeanne Marie Gagnebin tece uma análise explicitando que o

O historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua "narrativa afirma que o inesquecível existe", mesmo se nós não podemos descrevê-lo (GAGNEBIN, 2006, p. 47)

Nesta senda, ao investigarmos os eventos históricos em livros e documentos, não é incomum nos depararmos com o registro de um passado de vitórias e triunfos, apesar de que também compreendamos que existem os relatos de barbárie e inúmeros conflitos. Porém, se por um lado, a história enfatiza o registro de atos gloriosos e até mesmo enaltece figuras reconhecidas, ela simultaneamente deixa de lado e acaba omitindo outras vozes. Isto representa, portanto, que a história que conhecemos é uma história contada por vencedores nos termos do filósofo e ensaísta alemão Walter Benjamin (1994) que na Tese VII de *Sobre o conceito de história* destaca a seguinte indagação: “com quem o historiador historicista se identifica efetivamente?” Logo em seguida o autor responde tal questão afirmando que,

A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Com base no que declarou Benjamin, é notório que a história como um todo é relatada a partir de uma noção vista de cima com o enfoque em figuras gloriosas e, conseqüentemente, acaba excluindo aqueles que foram vencidos e oprimidos. Assim ocorreu com o movimento da Cabanagem, no qual se tem um foco nos militares e aqueles oriundos do Governo Central, enquanto os cabanos são vistos com uma visão negativa e deturpada, como sendo bárbaros e algozes.



Nesse contexto, ao se referir ao termo "vencedores", Benjamin [...] não se refere, aqui, às batalhas ou às guerras comuns, mas à 'guerra das classes', em que os campos, a classe dirigente não cessou de vencer os oprimidos (LÖWY, 2005, p. 71). Além disso, em um ponto de vista que coincide com o entendimento de Benjamin, a história tradicional deixa claro que existe uma tendência em não ser ela relatada a partir da ótica daquele que foi vencido, isto é, dos cabanos, mas sim pela ótica dos vencedores. Desvela-se, portanto, que a história é em grande parte extremamente parcial, posto que engrandece aquilo que mais lhe convém e acaba deixando de lado o que não interessa a ela.

O pensador espanhol Reyes Mate preconiza que "*Lo que seduce del pasado al historiador actual es el brillo, lo que triunfó. Es decir, empatizamos con el vencedor. Así reacciona el hombre en general*" (2006, p. 132).⁴ Desse modo, a abordagem benjaminiana tende a garantir uma nova visão que de certa forma ultraja a tradição, pois coloca em xeque a concepção do historiador tradicional ao enfatizar aqueles personagens cuja história os deixou no limbo e os desconsiderou - pode-se dizer aqui que as figuras que foram emudecidas na cabanagem agora ganham vozes e posições.

Mediante o conceito de história a contrapelo, o outro propõe uma desvinculação com a ideia de que a história é uma simples sucessão de acontecimentos constituintes no avanço ininterrupto e no crescimento da nação, ressaltando que elementos como a memória, variações culturais e revoltas são indicativos de que a humanidade excede a linearidade transmitida em uma história que apenas protege a visão dos vencedores.

Sendo assim, "escovar a história a contrapelo" busca desmistificar a tradição para assegurar uma compreensão mais equitativa daqueles que foram excluídos e oprimidos. Esta noção diz respeito, primeiramente, à recusa em se aliar, de uma forma ou de outra, ao cortejo triunfal que continua ainda hoje a marchar sobre aqueles que jazem por terra (LÖWY, 2005, p. 73). Além disso, Löwy também elucida que contar a história a contrapelo apresenta consigo dois sentidos:

Histórico: trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos. Desse ponto de vista, entende-se a continuidade histórica das classes dominantes como um único e enorme cortejo triunfal, ocasionalmente interrompido por sublevações das classes subalternas. Político (atual): a

⁴ O que seduz o historiador atual do passado é o brilho, o que triunfou. Ou seja, temos empatia com o vencedor. É assim que o homem reage em geral.





redenção/revolução não acontecerá graças ao curso natural das coisas, o ‘sentido da história’, o progresso inevitável. Será necessário lutar contra esta corrente. Deixada à própria sorte, ou acaricida no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e opressão. (LÖWY, 2005, p. 74).

O cortejo dos vencedores é simbolizado mediante documentos da cultura que podem ser materializados em monumentos históricos. Exemplificando isso, aqui se pode citar sobre o Arco de Tito, em Roma, que simboliza a vitória de Roma sobre a insurreição dos Hebreus, além dos Arcos de Triunfo, que se mostram como claro exemplo de documentos da cultura que são simultaneamente documentos da barbárie (LÖWY, 2005, p. 75). Sendo assim, com essa perspectiva da história os monumentos culturais vão sendo transmitidos e a tradição dos oprimidos e vencidos deixa como herança para a humanidade uma lição de excepcionalidade. Desse modo, afirma Benjamin que

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1996, p. 225).

Reconhecer essa tese do pensador alemão acerca da história é aceitar uma postura política clara que favorece a constituição de horizontes interpretativos que favorecem os entendimentos apurados durante a longa liga dos oprimidos. É notório, portanto, que Benjamin se mostra como um autor que resiste à tradição burguesa que massivamente estabelece seu ponto de vista sobre a história.

Por outro lado, quando a questão da opressão não está materializada em um monumento histórico “ele se encontra contido em cada peça, em cada tijolo do todo monumental pelo sangue e o suor dos escravos inominados que o puseram de pé” (LORENZONI; GOMES, 2022, p. 74).

Ao longo do tempo, a certos personagens da história foi garantido o status de herói oficial cujos nomes estão estampados em locais públicos como praças, ruas, escolas, órgãos e demais. Seus nomes passam a ser envernizados mediante a manutenção de documentos



culturais que possuem inerentemente uma matriz oculta. Normalmente estes personagens eram indivíduos colonizadores, ricos ou até mesmo senhores de escravos que são memoráveis por meio de monumentos erguidos em diversos lugares do país, bem como do mundo. A título de exemplo, tem-se em diversos municípios, bem como no município de Belém/PA também uma escola municipal que ostenta o nome do ex-Presidente da República Arthur da Costa e Silva, segundo presidente do Brasil durante a Ditadura Militar, bem como articulador do golpe.

Sendo assim, sob a ótica de Walter Benjamin é imprescindível se opor a essa tradição que é um produto da classe dominante. É necessário, portanto, narrar a história a contrapelo de modo que possamos “considerá-las do ponto de vista dos vencidos, dos excluídos, dos pária” (LÖWY, 2005, p. 79). Fazer isso simboliza dar voz àqueles que foram oprimidos no passado, representa uma forma de resistência à tradicional história que é contada em nossos dias atuais.

A lembrança, nesse sentido, representa a empatia em relação àqueles emudecidos pela tradição historicista que não puderam sobreviver para narrar seu ponto de vista, sua posição em relação a determinado evento histórico. Contar a história na direção contrária vai além de revisitar fatos, pois objetiva garantir o desvelamento da versão dos oprimidos, ou seja, assim se entende que o interesse do autor alemão é “[...] salvaguarda das formas subversivas e críticas da cultura – visceralmente opostas à ideologia burguesa –, procurando evitar que elas sejam embalsamadas, neutralizadas, tornadas acadêmicas pelo *establishment* cultural.” (LÖWY, 2011, p. 25).

Tendo em vista o fato de a história ter sido até os dias atuais o cortejo triunfal dos vencedores, tem-se que é imprescindível organizar o pessimismo e a melancolia a serviço das classes dominantes aqui-agora (MEATO, 2018). Trata-se aqui de chamar atenção para o risco atual da história e sua escrita estarem sob a direção das classes dominantes, no qual sua condução pode ter um efeito desastroso, ou seja, sua hipótese não somente evidencia que o presente está em perigo, mas também que o passado e o presente estão. Por isso é tão relevante que o historiador possa rechaçar a ideia de que a história tradicional é imparcial, pois ela mesmo escolhe o que verdadeiramente lhe interessa contar mantendo assim a tradição dos oprimidos.





Sendo assim, nos termos benjaminianos, o historiador busca revisitar o passado, revisitar fatos que conhecemos hoje que revelaram personagens renomados na história tradicional, mas que simultaneamente silenciaram grupos, de modo que seja reconhecida uma forma de resistência para com a versão contada somente por figuras conhecidas que possuem uma matriz oculta. Desse modo, tal como afirma Michael Löwy (2005, p. 80) “somente quebrando concha retificada da cultura oficial, os oprimidos poderão tomar posse desse molusco crítico/utópico”, isto é, é preciso voltar-se contra as injustiças e omissões que ao longo do tempo se solidificaram e permaneceram até a atualidade de modo que seja garantido aos excluídos narrar seu ponto de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Movimento Cabano está eternizado em um monumento histórico presente no município de Belém, no estado do Pará, que nos dizeres daquele que o projetou, isto é, Oscar Niemeyer, representa a luta heróica da Cabanagem aniquilada pelas forças reacionárias da regência, mas que ainda se mantém viva na memória do povo. O memorial foi inaugurado em 1985 e representa a memória de um povo que lutou por melhores condições

A Cabanagem qualificou-se em procurar desenvolver atividades que pudessem assegurar melhorias e qualidade de vida à população do Grão-Pará mediante a luta armada. Os objetivos comuns deram causa a união das ínfimas classes juntamente com a elite da província, representada pelos fazendeiros.

Diversos foram os personagens que fizeram parte do movimento e o lideraram, destacando aqui nomes como Batista Campos, Francisco de Vinagre e Eduardo Angelim que lutaram com bravura contra os regentes do governo central, bem como as autoridades que foram designadas para o governo da província.

Desse modo, Cabanagem, mostrou-se como um intenso levante e luta armada que se manteve ativa sobre boa parte do período regencial, no qual à população da província do Grão-Pará, insatisfeita com as mazelas e o descaso propiciado pelo poder central pleiteavam por separação em relação ao governo do Rio de Janeiro que fazia imposições aviltantes e



desproporcionais sujeitando-os a condição de imensa pobreza e diversas problemáticas sociais e estruturais.

O movimento, por mais que seja de certa forma reconhecido como plural, por agregar também a elite, enfatiza-se que representa ao todo a revolução das ínfimas classes visto que entre os personagens destes eventos estavam negros, escravos, pobres, lavradores e até mesmo indígenas que se sublevaram contra o descaso oriundo do Governo Regencial. A revolta da Cabanagem englobou questões como a luta pela pretensão de liberdade, a potência resistente dos oprimidos diante da preponderância do poder instituído, a ameaça tenaz de uma população inconformada, bem como o crescimento de uma violência tanto nos moldes repressivos por parte do poder regencial, quanto reativos por parte dos cabanos.

Sendo assim, a revolução social diz respeito ao levante de um povo que rebelou-se contra as injustiças e absurdos do colonialismo. Lamentavelmente, a Cabanagem representa apenas uma parte da vasta história de exploração da Amazônia. Tal exploração se deu primeiramente com a catequização forçada e escravização de indígenas, logo depois se teve o ciclo da borracha e por aí segue até os dias atuais com a existência de políticas catastróficas que envolvem a Amazônia.

Tendo em vista o ideal de libertação dos abusos imperialistas e a revolução toma corpo a fim de assegurar a secessão de uma política sórdida e escravista que sujeitava a população provincial a condições degradantes e miseráveis. A revolta, então, representa um paradigma da luta de classes, sendo o cabano tido como símbolo da resistência perante um governo burguês confirmando, assim, a problemática apresentada no início do texto

Outrossim, não é difícil nos deparamos com diversas palavras de cunho pejorativo que são atribuídas aos cabanos, tais como rebeldes, cruéis, selvagens entre outros. Isso retrata, porém, em uma versão histórico-tradicional daqueles considerados “vencedores” em termos benjaminianos. Ocorre que uma história contada por vencedores representa concomitantemente uma supressão e anulação de uma classe que acaba sendo deixada no limbo, tais como os cabanos que foram silenciados ante a dura e sangrenta repressão do governo imperial.

Nesse sentido, o ato de contar a história a contrapelo significa ir no sentido contrário do que a tradição estabelece e assim dar voz àqueles que foram oprimidos e desconsiderados.





Trata-se da recusa em se aliar ao cortejo triunfal dos vencedores buscando um tratamento equânime para que os excluídos sejam ouvidos e, conseqüentemente, jamais esquecidos. “Escovar a história a contrapelo” representa, portanto, uma tentativa de destruir as amarras da história tradicional para que o grito dos vencidos possa então ecoar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin, 7ª ed. **São Paulo: Brasiliense**, 1994. (Obras escolhidas; v.1).

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil império**. São Paulo: Contexto, 2017

DOS SANTOS SOUZA, Pedro Daniel; LOBO, Tânia. Da aplicação do Diretório Pombalino ao Estado do Brasil: povos indígenas e políticas linguísticas no século XVIII. *A Cor das Letras*, v. 17, n. 1, p. 46-59, 2016.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do desenvolvimento da educação. 2º ed.: São Paulo, 1995.

LINHARES, Maria Yedda et al. **História Geral do Brasil**. 10. ed. atual. e aum. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas sociais*, n. 25-26, p. 20-28, 2011.

LORENZONI, Lara Ferreira; GOMES, Raoni Vieira. DESTRUINDO ESTÁTUAS: O INCÊNDIO NO MONUMENTO A BORBA GATO E A RELEVÂNCIA DA MEMÓRIA PELO OLHAR DOS OPRIMIDOS. *Revista Brasileira de História do Direito*, v. 7, n. 2, p. 40-59, 2022.





MATE, Reyes. Medianoche en la historia: Comentarios a las tesis de Walter Benjamin “Sobre el concepto de historia”. Madrid: **Editorial Trotta**, 2006.

MEATO, Juliana Araujo. Ensinando História a Contrapelo: reflexões benjaminianas. **Revista Encontros**, v. 16, n. 31, p. 33-48, 2018.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. **Tempos de revoltas no Brasil Oitocentista: Ressignificação da cabanagem no baixo Tapajós (1831-1840)**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “índole” –1800-1840. In: LACERDA, Francinete; SARGES, Maria (Org.). Belém do Pará: história, cultura e cidade –para além dos 400 anos. **Belém do Pará: Açaí**, 2016. p. 205-227

RICCI, Magda. “Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução”. In GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**, volume II 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 185-231.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios, e os homens na Amazônia: o outro lado de uma Revolução (1835-1840). In. MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de Resistência Camponesa: Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, Vol. 1 concepções de justiça e resistência nos Brasis. Editora UNESP. São Paulo, 2008.

